

A carta entre a esfera da memória e da história: José de Alencar escreve a D. Pedro II

Moema Rodrigues Brandão Mendes*
Revelino Leonardo Pires de Mattos**

RESUMO: Esta reflexão propõe, por meio do caráter interdisciplinar, agregar a relação entre Epistolografia e História sob o aporte da Memória. O dossiê missivístico consultado é constituído por 32 cartas enviadas por José de Alencar a D. Pedro II no período de 1868 a 1870. O objeto eleito para esta reflexão é 1 carta deste lote, sem data que apresentou um caráter híbrido transitando entre o pessoal e o institucional haja vista que Alencar, o literato, ocupou o lugar de Ministro da Justiça, o político, em cujo período enviou esta carta ao referido Imperador. A correspondência tratada encontra-se sob a custódia do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis (AHMIP-RJ) e disponível à pesquisa pública e, para efeito de critério, esta correspondência classifica-se como ativa a partir do envio do remetente em questão. O desenvolvimento desta reflexão valeu-se da modalidade qualitativa, com apoio metodológico de natureza histórica e documental, em base bibliográfica exploratória e virtual. Este estudo é uma ação do Projeto *Arquivos literários*: memória, resgate, preservação, devidamente certificado pelo CNPq que propõe historiar a correspondência em questão, situá-la no tempo e no espaço e compreendê-la no campo da interdisciplinaridade como é o caso.

Palavras-chave: epistolografia; história; memória; José de Alencar; D. Pedro II.

INTRODUÇÃO

Perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros da memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos.

Paul Ricœur

A correspondência trocada entre José de Alencar e D. Pedro II na década de 1860 intitulada, **Ocorrências na Bahia e Pernambuco** faz parte de um lote constituído por 32 cartas¹, cuja escrita foi registrada em suporte papel, fato que direciona esta reflexão a três caminhos: o primeiro defende a importância da preservação da documentação epistolográfica em acervo público e a responsabilidade do órgão que possui a sua guarda. O segundo confirma a importância da carta como meio de comunicação evidenciando seu valor de certificação e o terceiro aborda o diálogo epistolar, utilizando a carta como fonte histórica, ou seja, como tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano (BARROS, 2012).

A avaliação da posição ideológica em relação a certos acontecimentos ou processos citados nesta carta, especificamente eleita, permite introduzir uma nova postura historiográfica, que é a de tratar a fonte-autoral não, somente, como testemunho ou fonte de informações, mas como detentora de um discurso a ser analisado e, neste caso, historicamente.

É possível pensar que certa fonte missivística expresse (in)verdade motivada por má-fé com relação à determinada sequência de acontecimentos, ou que reinterprete certos processos com vistas a determinados interesses, manipulando fatos, ou, ainda, nada disso. Sob estes pontos de vista, uma carta é uma boa fonte de pesquisa, assim como um bilhete ou um telegrama, já que visam a produzir determinados efeitos sobre aqueles a quem se destinam o texto, evidenciando interesses mútuos.

José de Alencar (Mecejena - CE -1829/ Rio de Janeiro-1877), o remetente, escreveu muitas cartas. Em seu contexto social, foi membro da elite intelectual, e parece

ter ocupado quase todos os espaços possíveis para um indivíduo de sua classe. Este cearense escreveu sob a modalidade “carta”, no ano de 1873, uma autobiografia intelectual que permitiu compreender parte de sua produção por meio de suas palavras e, portanto, possivelmente, apresentá-lo da forma como queria ser visto e entendido.

Segundo Antonio Candido,

O escrito mais importante para conhecimento da personalidade [de José de Alencar] é a autobiografia literária “Como e Porque Sou Romancista”....., um dos mais belos documentos pessoais da nossa literatura. Não há ainda biografia à altura do assunto, podendo-se dizer o mesmo da interpretação crítica. Mas há um conjunto de estudos que, somados, permitem bom conhecimento (CANDIDO apud ALENCAR, 1893, p.2).

Neste texto, Alencar escreve a um amigo, supostamente, atendendo a uma solicitação de informações que deveriam compor um verbete, elemento constituinte de um dicionário organizado pelo destinatário. A partir desta intenção, o escritor comenta sobre a importante influência de Januário Mateus Ferreira em sua formação escolar e sobre a relevância da leitura e dos saraus literários familiares, o que futuramente o motivaram a escrever peças para o teatro, textos literários e críticos para periódicos e obras políticas cuja “escrita transitou entre o romantismo e o liberalismo” (SANTOS, W., 1991, p. 34).

Da sua produção literária destacam-se obras como **Iracema** (1865), **Senhora** (1874) e **Til** (1872); que representam o estilo do seu Romantismo com as temáticas indianista, urbana e regionalista que o projetaram no cenário nacional.

No conjunto de sua obra, interessa ressaltar o romance, **Lucíola** (1862), produzido em estilo epistolar² no qual é narrada a relação amorosa entre Paulo e Lúcia, cuja trama é dada a conhecer ao leitor por meio de uma carta, cujo protagonista envia a G. M., o narrador (ALENCAR, 1988). A obra situa, portanto, um dos aspectos importantes da escrita alencariana; o lugar de importância ocupado pela correspondência entre as produções oitocentistas, entendendo a carta como uma personagem que revela toda a história romanesca.

Além da vasta produção literária, conforme já dito e retomado propositalmente, José de Alencar escreveu muitas cartas. Os assuntos das suas missivas variavam de acordo com o lugar social que ocupava, fosse como literato, como membro familiar, como candidato à Câmara dos Deputados, como Deputado ou como Ministro. Estas missivas somam um total de, aproximadamente, “130 cartas” (PEREIRA, 2012, p. 30). Todas estão sob a guarda de órgãos públicos, esparsas em diferentes arquivos públicos e museus.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon - D. Pedro II. (1825-1891) o **destinatário** - foi Imperador do Brasil dos 14 aos 63 anos, sendo o único descendente dos Bourbons Orleans e Bragança a ocupar este cargo por mais tempo.

O Monarca, principalmente, diante das camadas populares da corte, recebeu algumas denominações como, **pai dos pobres**, **Monarca esclarecido** e **Monarca absolutista** (JESUS, 2016). Estes são exemplos, entre tantos outros, que remetem às construções míticas da figura do Imperador que fizeram parte da memória coletiva e do imaginário popular. Embora se considere que esta construção se deva, predominantemente, às vozes da elite letrada, é fato que a mesma se tornou, à época, porta-voz das camadas desprivilegiadas e, por meio desta voz, pôde-se constatar que havia uma imagem positiva de D. Pedro II sendo construída a partir dos mais pobres, principalmente, em relação ao ato de o Imperador ser o protetor dos oprimidos. Tal imagem esteve presente, também na vasta correspondência que foi enviada pelos populares ao Imperador. Tais cartas variavam

quanto às solicitações: havia pedidos de emprego, de pensão por morte de parente na guerra do Paraguai e de doação dos vestuários reais para proteção do frio³, por exemplo.

Outra ocorrência que pode ser reconhecida nas ações imperiais e da família real brasileira diz respeito à guarda de documentos. Tal prática segue a tradição milenar em cujas realezas buscaram a preservação da memória por meio de arquivos, bibliotecas e museus. Certifica-se, fundamentados em coleta de dados iniciais, que não apenas as cartas remetidas por José de Alencar ao Monarca foram objeto de preservação, mas também, as missivas remetidas por outras pessoas da Corte.

Esta evidência factual encaminha a reflexão para uma breve consideração que envolve política de preservação e acessibilidade da documentação, por parte dos pesquisadores de acervos sobre papel custodiados por instituições públicas.

2. PRESERVAR: UMA AÇÃO CIENTÍFICA, INTERDISCIPLINAR E POLÍTICA

A preservação hoje é um triêdro que envolve conhecimento científico, escolhas tecnológicas e atuação política.

Sérgio Silva

Salienta-se que a preservação, hoje, não compreende somente o documento/suporte, vai mais além, exigindo uma posição em relação à função social da informação materialmente registrada neste suporte. Preservar não pode ser uma atividade de cunho individual, de intervenção artesanal, mas uma cooperação científica, interdisciplinar e política.

É a memória se torna história por meio da preservação documental (LE GOFF, 1990) e, segundo Sérgio Silva, por preservação entende-se “toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar a permanência e durabilidade aos materiais e suportes que contêm a informação” (SILVA, 2012, p. 245). Isto posto, ressalta-se que a documentação missivística, objeto desta reflexão, encontra-se em bom estado de conservação, conforme imagem.



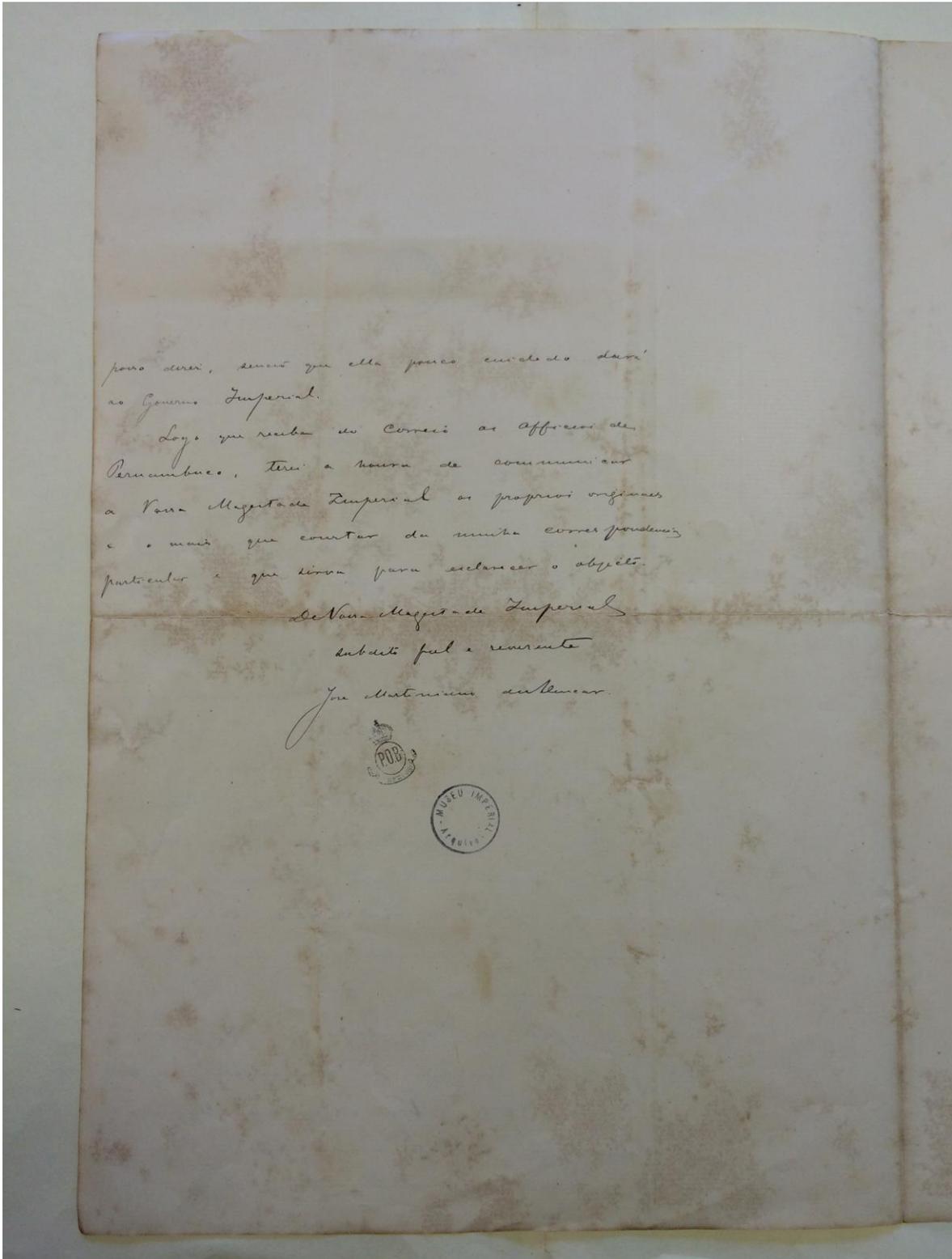
A respeito das ocorrências desagradáveis da villa de
 Ponta em Pernambuco, ainda me recebi com-
 munições do Presidente daquella Província.

Sebo entanto que o Presidente as não remetteira
 ao Governo, ou que as tendo remittidas ficarem
 desde então até esta hora retidas no Correo.
 Em qualquer dos casos o Governo providenciará
 para que se regularize este serviço.

O Chefe de Polícia de Pernambuco em carta
 particular de 11 do corrente me communica que
 a Província possui em sua, como V. Magestade
 Imperial pode ver do original incluzo.

O Excmo Sr. Barão d. Lourenço, Presidente
 da Bahia a ultima hora em carta datada
 de 12 do corrente, me escreve que recebeu a quella
 momento officio de Pernambuco sobre as
 ocorrências de Pernambuco, e em dar as provi-
 densas necessarias.

A respeito de Pernambuco no Pontal, creio
 que o officio incluzo da Presidencia satisfaz
 completamente a Vossa Magestade Imperial.
 Se palaveres da outra mania referida me
 tranquillizão: " sobre a Província, nada me da



ALENCAR, José de. Carta 01/01, JA a D.P.II. [186-] K. MI. MAÇO 147 DOC 7122 [D.21(P.02)].

Observar os aspectos materiais da carta, como o seu tamanho, o tipo de papel utilizado e as marcas provocadas pelo tempo reativam a importância do registro da memória cultural expressa em suporte papel. Os processos de arquivamento, pelos quais a missiva passou, trazem a lume questões como a posição social dos missivistas, a

importância do espaço ocupado pelo texto na folha do papel e a observação das marcas deixadas pelo tempo de existência da epístola, fatos estes que devem ser somados às técnicas de arquivamentos pelos quais o manuscrito passou para que, então, seja iniciado um processo mais apurado de análise documental. Tudo isso ligado à preocupação preservacionista que se relaciona à necessidade de conhecimento dos males biológicos que degradam os acervos de papel.

Para tanto, o processo de análise desta carta, em questão, consta das seguintes etapas: a análise física, a transcrição *Ipsis litteris* do texto, e, finalmente, os comentários informativo-críticos, elaborados a partir dos registros contidos na referida carta.

Para o tratamento físico do documento, foram adotadas algumas siglas. As iniciais J.A. e D. P. II se referem, respectivamente, a José de Alencar e D. Pedro II, o número 186 - representa a data aproximada em que a carta foi escrita, pois a mesma não foi datada pelo remetente. A letra K que acompanha o número 186 - faz parte da sequência de cartas não datadas localizadas no lote pesquisado *in loco* no Museu Imperial. Todas estas abreviaturas e número foram estabelecidos como critério para melhor identificar a missiva no citado lote. As iniciais MI. referem-se a Museu Imperial, 147 é o número do maço em que a carta se encontra e a sigla DOC. significa documento, seguida do número 7122, referência arquivística. A informação entre colchetes foi utilizada para fazer a distinção entre um e outro documento dentro do maço, ou seja, uma forma de individualizar o manuscrito. A numeração entre parênteses foi empregada para determinar o número de folhas que constituem a missiva, no caso P.01 e P.02. a saber, folha 01 e folha 02. Esta numeração geralmente segue a ordem cronológica, cujas marcações foram registradas pela organização do inventário no Museu Imperial de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro.

No corpo do texto em carteadado foi mantida a sintaxe original do período, para demarcar o processo histórico gramatical. A análise dos assuntos tratados na carta 01/01(objeto eleito, assim denominado) foi elaborada sob o viés da intertextualidade relacionando história e memória, destacando palavras, frases, parágrafos, personagens ou temas que pudessem ser relevantes para identificar o assunto que estava sendo tratado entre os missivistas ou sobre o contexto histórico em que a carta estava inserida. Toda esta análise contou com o apoio teórico da Teoria Comparada.

Os estudiosos comparativistas têm abarcado significativas análises entre os textos, neste caso o texto-carta, e se voltado para a ampliação do foco em estudo, igualando a proposta latina à europeia, objetivando investigar os diálogos, as diferenças dos ambientes culturais, as influências e as fontes do autor: “Observando-se, conforme Carvalho, Allegro e Nitrini, há vários enfoques a serem ressaltados pelo trabalho comparativista, como a intertextualidade e a interdisciplinaridade” (ARAÚJO, 2013. p. 53).

Por isso, entende-se que a partir dos enfoques da teoria epistolográfica, da historiografia e da ciência política, como também, a busca de dados em outras fontes como jornais e documentos oficiais, foi possível compreender questões que tratadas no corpo da carta. Questões estas que podem revelar para o crítico da literatura ou para o historiador as posições do remetente, relatar o cotidiano do Ministério da Justiça, assim como o modo de pensar e agir da elite e da camada popular no período em que a **Carta 01/01 Ocorrência em Pernambuco e Bahia** foi escrita.

3. A CARTA MORREU, VAMOS PUBLICAR AS QUE EXISTEM

Quer dizer, [a carta] como elemento que contribui para a compreensão de aspectos da vida e da obra de um escritor?

Walnice Nogueira Galvão

A carta 01/01, JA a D.P.II. [186-]k.MI. Maço 147, Doc. 7122 [D21 (P.01 e P.02)] possui como dimensão as medidas de 37 cm X 24,5 apresenta folha sem pauta, utilizadas em frente e verso. O papel é amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água do fabricante com símbolo de uma coroa e o escrito "A COWAN & SONS" da 1ª para a 4ª folha na parte superior do papel. À folha 1: no canto superior esquerdo está registrado a lápis preto o código D.7122. Entre a saudação **Senhor** e o início do texto consta um carimbo com a medida de 2 cm de diâmetro no qual está escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: continuação do texto. Abaixo da assinatura consta um outro carimbo com o símbolo de uma coroa medindo 2 cm de diâmetro no qual está registrada a sigla P.O.B. e logo abaixo mais outro carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco, com mancha do carimbo P.O.B. da folha anterior. Folha 4: em branco com um carimbo de 2 cm de diâmetro, permanecendo o registro de Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta o número 565/78.

A partir da sua descrição física registrou-se a transcrição *ipsis litteris* da referida missiva.

Senhor

A respeito das occurencias desagradaveis da Villa da Floresta em Pernambuco, ainda não recebi communicações do Presidente daquella Provincia.

Acho extranho que o Presidente as não remetesse ao Governo, ou que as tendo remettido ficassem desde hontem ate esta hora retidas no correio. Em qualquer dos casos o Governo providenciará para que se regularize esse serviço.

O Chefe de Policia de Pernambuco em carta particular de 11 do corrente me communica que a Provincia ficava em paz, como V. Majestade Imperial pode ver do original incluso.

O Exmo Sr Barão de S. Lourenço, Presidente da Bahia á ultima hora em carta datada de 12 do corrente, me escreve que recebera naquelle momento officios de Pernambuco sobre as occurencias de Taracatú, e ia dar as providencias necessarias.

A respeito de Inhambupe na Bahia, creio que o officio incluso da Presidencia satisfará completamente a Vossa Majestade Imperial. As palavras da carta acima referida me tranquillisão: "sobre a Provincia nada ainda posso dizer, senão que ella pouco cuidado dará ao Governo Imperial.

Logo que receba do correio os officios de Pernambuco, terei a honra de communicar a Vossa Majestade Imperial os próprios originaes e o mais que constar da minha correspondencia particular e que sirva para esclarecer o objecto⁵

De Vossa Majestade Imperial

Súbdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar.

Em processo de análise, o conteúdo desta missiva permitiu, por meio de pesquisa interdisciplinar, inferir que a região a que pertence o atual Município de Floresta em Pernambuco foi ocupada por povos indígenas que durante boa parte da Colônia, recebeu as primeiras missões dos Jesuítas e dos Monges Capuchinhos franceses. Ainda nesse período, no final do século XVIII, foi fundada uma fazenda de gado denominada Fazenda Grande, de propriedade do rendeiro da Casa da Torre, Capitão José Pereira Maciel. A construção do citado oratório na propriedade foi um atrativo à população crente da vizinhança, formando-se, a partir desta ação, um povoado em 1802. Este povoado foi elevado à categoria de Vila em 1864, sendo denominada Vila da Floresta (HISTÓRIA – FLORESTA, 20--?. Não paginado).

As ocorrências desagradáveis a que se refere o Ministro José de Alencar tratam de um assassinato na cadeia pública da Vila da Floresta, Comarca de Tacaratú, lugar em que

foi morto o preso Antonio Mendes de Sá, ação descrita no Relatório do Governo de Pernambuco. Conforme foi possível cotejar da publicação do referido relatório, o preso Antonio Mendes de Sá foi assassinado na cela da cadeia e, além dele, o carcereiro também enquanto outros presos foram libertados. Todos esses crimes teriam sido praticados por três homens que invadiram o recinto com o fim de assassinar o preso Sá. Ainda seguindo as informações do aludido relatório, o crime contra o preso ocorreu por rixas familiares originadas pela tentativa de rapto de um parente de Sá. O raptor foi assassinado por outros membros da família e, dentre eles, estava Antonio de Sá Mendes. Esses crimes fizeram com que a família se dividisse em dois núcleos rivais (SEGURANÇA PÚBLICA, 1868. Não paginado).

Quanto ao executivo da Província de Pernambuco, citado na carta, o mesmo foi ocupado por: Presidente Souza Leão (Barão de Vila Bela), que passou a administração da Província ao Vice-Presidente Dr. Quintino José de Miranda em 23 de julho de 1868. Este, por sua vez, passou a administração para o Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha em 28 de julho. Em 23 de agosto de 1868, finalmente assumiu o Presidente Barão de Baependi que governou até 11 de abril de 1869 (RELATORIOS..., 1868. Não paginado). O Barão de S. Lourenço ocupou o cargo de Presidente da Província da Bahia entre agosto de 1868 e abril de 1869, entre outubro de 1869 a maio de 1870 e entre outubro de 1870 a abril de 1871 (NUNES, 20--?. Não paginado).

Conforme o relato do remetente, sobre o atraso dos correios, observa-se que, mesmo em se tratando de um lugar distante (Pernambuco) em relação à localização da Corte, não era costume que a correspondência demorasse a chegar ao seu destino, fato que demonstra a eficiência do serviço à época e justifica a reclamação do Ministro da Justiça em relação àquela demora de mais de um dia para que a carta chegasse às suas mãos.

Outro aspecto a se destacar nesse parágrafo é o fato de José de Alencar se autodenominar Governo. Tal questão é percebida no trecho “o Governo providenciará para que se regularize esse serviço”, deixando entender a D. Pedro II que o atraso não ocorreria em outra oportunidade, pois o Governo, representado por ele, [Alencar] tomaria as devidas providências.

Conforme consta no Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, os assassinos do preso Antonio Mendes de Sá fugiram para Bahia, local em foram capturados pelas forças policiais. Nesse sentido, entende-se o porquê de o Presidente da Bahia se envolver nas ações e interferir nas correspondências emitidas a José de Alencar, além do fato de ser o baiano um aliado político da Corte.

A atual cidade de Inhambupe na Bahia, também referida na carta, foi elevada à essa condição por Decreto, em 1896. Durante o período colonial era um território ocupado por povos indígenas. Posteriormente, a partir da segunda metade do século XVI, os Jesuítas fundaram alguns colégios na localidade. No ano de 1718, o povoado passou a pertencer à Freguesia de Água Fria e a ser evidenciada devido à existência do colégio dos jesuítas. Foi elevada à condição de Vila de Inhambupe em 1802 (HISTÓRIA INHAMBUPE, 20--?. Não paginado).

Conforme relatório do Presidente da Província e do Chefe de Polícia de Abril de 1869 o Município de Inhambupe foi palco de dois acontecimentos que mereceram destaque, um de crime contra a vida e outro de crime eleitoral, ambos ocorreram no ano de 1868. O primeiro ocorreu em agosto, devido à morte de um recruta desertor da força policial, de nome José Martins, por resistência à prisão. Houve um cerco policial em torno da propriedade de Manoel Cardoso de Araujo, pai do desertor, e confrontos corporais, o que resultou na morte de José Martins; o segundo foi o registro de duplicatas das Atas das eleições de setembro de 1868 (SECRETARIA DA POLÍCIA, 1869. Não paginado).

Pode-se considerar que ambos os casos, mesmo tendo destaque nos relatórios do Presidente da Província e do seu Delegado de Polícia, não deixaram de ser acontecimentos rotineiros, quando se tratava de disputas eleitorais.

Mesmo considerando como um fato costumeiro, deve-se atentar para os casos sobre a presença da força policial do Estado, quando o assunto era de interesse desse. Nesse sentido nos reportamos às elucubrações do historiador Marcos Luiz Bretas, (1998), o qual trata a questão dessas forças policiais como,

[...] a própria forma legal dada ao sistema policial das províncias que desloca o eixo da autoridade de um papel de manutenção da ordem e de repressão ao crime para incluí-la na rede de favores distribuídos pelo Estado, que teria como contrapartida um papel garantidor de um resultado positivo nas disputas eleitorais (BRETAS, 1998, p.1).

A partir das informações registradas na missiva, foi possível empreender que o caso da invasão da cadeia, seguido dos assassinatos, não havia sido concluído e continuou longe de sê-lo.

4. CARTAS: UM CARÁTER LACUNAR

A escrita de uma missiva pode nos levar a intimidade de uma personagem histórica da literatura, da política ou da sociedade, como também, revelar ideias do processo criativo de um autor, posicionamentos e ações acerca de um determinado assunto ou fato no âmbito pessoal ou coletivo (VICENT-BUFFAULT, 1996). Nesse sentido alguns estudos têm se voltado para as missivas, seja utilizando-a como objeto, seja para desenvolver teorias analíticas sobre as cartas.

O processo de análise deste tipo de manuscrito, por meio da elaboração de fontes históricas e com a aplicação das teorias comparativista e da intertextualidade possibilitou o entendimento sócio-histórico identificados no texto e por trás do texto ao utilizar a missiva, de certa forma, como prototexto.

Embora a motivação da carta fosse a de elucidar sobre os acontecimentos em Pernambuco e na Bahia, entendeu-se que este foi, na verdade, um segundo plano, pois a violência apresentou-se como temática principal neste carteadado.

Neste ponto, ao adentrar no texto-carta como prototexto, foi possível destacar deste lugar a constatação de que o Ministro Alencar fazia questão de tomar conhecimento de todas as informações oficiais e encaminhá-las ao Imperador.

A pesquisa biográfica demonstrou que havia um revezamento entre membros da elite política, o que confirma as teorias desenvolvidas sobre o tema⁴. Finalmente, há, também, uma eficiente comunicação que possibilitava uma ação em conjunto, entre os poderes central e provincial, principalmente quando se tratava de arrefecer os problemas que viessem a perturbar a ordem das forças políticas estabelecidas⁵.

Tal questão trouxe a lume, as relações sociais e políticas do Império que eram respaldadas pela hostilidade, ou seja, violência no âmbito familiar e violência aplicada pelas forças oficiais. Este fato retrata a situação do cidadão comum diante destas forças seja no caso do preso que foi assassinado na cadeia, ou do recruta desertor que foi assassinado na propriedade do pai, ambos abandonados sem a devida proteção do Estado.

Nesse sentido as análises do historiador Marcos Luiz Bretas (1998) sobre as forças policiais foram pertinentes para situar as discussões históricas acerca do uso desta guarnição, como da própria história da instituição. Outro aspecto diz respeito à atuação do Imperador, por seu Ministro da Justiça, junto às províncias o que leva a entender o centralismo político do Império.

Sendo assim, considerar as missivas como documentos possibilitou retratar vários aspectos que envolveram muitos argumentos, que transitaram desde o papel utilizado como definidor de contexto social no qual a carta esteve inserida; como também retratou uma prática utilizada por homens e mulheres do século XIX que buscavam aproximar distâncias e pessoas, no caso, membros ocupantes de posições estratégicas da política que contribuíram para o funcionamento do Império brasileiro.

Portanto, cartas são fontes documentais que se sobrepõem à noção de tempo e espaço dos que escreveram a epístola e dos que se propõem a analisá-las, suas marcas, seus registros e os acontecimentos e as impressões deixadas nas missivistas. Por isso a leitura de uma carta funciona como uma foto que captura o momento exato do acontecimento e o deixa ali congelado.

The letter between the sphere of memory and history: José de Alencar writes to D. Pedro II

ABSTRACT: This reflection proposes, through the interdisciplinary character, to add the relation between Epistolografia and History under the contribution of Memory. The missivistic dossier consulted consists of 32 letters sent by José de Alencar to D. Pedro II in the period from 1868 to 1870. The object chosen for this reflection is 1 letter from this batch, without date that presented a hybrid character passing between the personnel and the institutional one is that Alencar, the literary, took the place of Minister of Justice, the politician, in which period he sent this letter to the said Emperor. The treated correspondence is under the custody of the Historical Archive of the Imperial Museum of Petrópolis (AHMIP-RJ) and available for public research and, for criterion effect, this correspondence is classified as active from the sending of the sender in question. The development of this reflection was based on the qualitative modality, with methodological support of a historical and documentary nature, based on an exploratory and virtual bibliographic basis. This study is an action of the Project Literary archives: memory, rescue, preservation, duly certified by the CNPq that proposes to review the correspondence in question, situate it in time and space; understand it in the field of interdisciplinarity when appropriate.

Keywords: story; memory; epistolografia; José de Alencar; D. Pedro II.

* Doutora em Letras (UFF), Pós-Doutoranda em Resgate e Preservação (FCRB/RJ). Professora titular do Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Atuação em Crítica genética, Crítica textual, Memória, Manuscrito moderno.

** Graduado em História (UFJF), Mestre em Letras (CES/JF).

¹ Este lote composto por trinta e duas cartas foram objeto da dissertação de Mestrado Acadêmico, intitulada: **Cartas alencarianas, o entre-lugar do amigo, súdito, fiel e (ir) reverente**, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* – Mestrado em Letras - do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, MG, em 2018, de autoria de Revelino Leonardo Pires de Mattos, sob a orientação da Prof.^a Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes. Importa esclarecer que este artigo apresenta uma abordagem diferenciada do que foi pesquisado para a elaboração da referida dissertação.

² O romance epistolar alcançou seu auge no século XVIII. (NASCIMENTO, 2012).

³ Para tanto consultar o livro do historiador Ronaldo P. de Jesus, **Visões da Monarquia**: escravos, operários e abolicionistas na corte 1870-1889. (JESUS, 2016) que trata das correspondências ativas enviadas por populares ao Imperador D. Pedro II e que se encontram no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

⁴ Para tanto ler FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: a formação do patronato político brasileiro.

⁵ A perturbação da ordem foi tratada em outras missivas deste lote e constatou-se a mesma eficiência na comunicação e nas ações do governo.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. **As fontes da pesquisa histórica. Pesquisa & história.** Coleção História 51. Rio Grande do Sul: Edipucrs, 2017.

ALENCAR, J. Carta 01/32, JA a D.P.II. 21 de jul. de 1868. MI. MAÇO 143 DOC 7012 [D.01] 21 jul.1868, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

_____. Como e por que sou romancista. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1893. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000311.pdf> . Acesso em 01 dez. 2018.

ALENCAR, J. Lucíola. Porto Alegre: L&PM Pocket,1999.

ARAUJO, C. A. B. **Do intertexto literário, ao diálogo interdisciplinar entre Cidade do sonho e da melancolia, de Gilberto de Alencar, Boca de chafariz, de Rui Mourão e a história de Ouro Preto.** Dissertação (Mestrado em Letras) Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

BARROS, J.A. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. **Mouseion**, n.12, mai/ago/ 2012, pp.129-159.

BRETAS, M. L. **A política carioca no Império.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 12, n°. 22, 1998.

FARIA, J. R. **José de Alencar e o teatro.** São Paulo: editora Perspectiva; 1987.

FAORO, R. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro.** 5ª edição. São Paulo: Globo, 2012.

HISTÓRIA – FLORESTA. [S. I.: s. n., 20--?] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/floresta/historico>. Acesso em: 01 dez. 2018.

HISTÓRIA-INHAMPUÉ. [S. I.: s. n., 20--?] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/inhampué/historico>. Acesso em : 01 dez. 2018.

JESUS, R. P. **Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo na corte (1870-1889).** Ed. Novas Edições Acadêmicas, Brasil, 2016.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MATTOS, R. L. P. **Cartas Alencarianas, o entre-lugar do amigo, súdito, fiel e (ir) reverente.** 2018. 151f. Dissertação. (Mestrado em Letras) Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, Juiz de Fora, 2018.

NASCIMENTO. E. E. S. **Romance necessário: estética e intenção do romance epistolar em *La nouvelle Héloïse* de Rousseau.** 2012. 169f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-28052013-103852/publico/2012_EllenElsieSilvaNascimento_VCorr.pdf .

Acesso em: 3 dez. 2018.

NUNES, A. A. **Presidentes e vice-presidentes que administraram a província da Bahia.** [S. I.: s.n., 20--?]

Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/2_Pombalino/presidentes_provincia_bahia_periodo_imperial.htm. Acesso em: 01 dez. 2018.

PEREIRA, P. R. C. "**Há muito tempo que não te escrevo...**": reunião da correspondência alencariana (edição anotada). 2012. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Disponível em:

<https://www.escavador.com/sobre/7709734/patricia-regina-cavaleiro-pereira>

Acesso em: 5 dez. 2018.

RELATÓRIOS...1868. **Relatórios** com que o Exmo Sr. Barão de Villa Bella passou a administração desta Província ao Exmo Sr. Vice-Presidente Dr. Quintino José de Miranda em 23 de julho de 1868. Pernambuco, Typographiade M. Figueroa de F. & Filhos, 1868.

Disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u643/000002.html>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SANTOS, M. D. **Ao sol carta é farol:** a correspondência de Mario de Andrade e outros missivistas. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, W. G. **Dois escritos democráticos de José de Alencar.** Edição *fac-simile* ALENCAR, José. **Sistema representativo**, 1868; **Reforma eleitoral**, 1874. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1991.

SECRETARIA DE POLÍCIA. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa da Bahia pelo Exmo Barão de São Lourenço, abr. 1869, primeira parte.

Disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/137/000006.html>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório** apresentado pelo Vice-Presidente Rocha da transmissão do cargo para posse do Presidente de Pernambuco Barão de Baependy, ago. 1868. Typ. De M. Figueroa de Faria e Filhos, 1868.

Disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u643/000019.html>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SILVA, S. C. A. A preservação da informação: um cenário em arquivos e bibliotecas. **Verbo de Minas**, v.11, n. 19, jan.jul. 2011, p. 241-253.

Disponível em: <http://seer.cesjf.br/index.php/verboDeMinas/article/view/360>.

Acesso em 2 dez. 2018.

VIANA FILHO, L. **A vida de José de Alencar**- 2. Ed. São Paulo: editora UNESP; Salvador BA: EDUFBA, 2008.

VICENT-BUFFAULT, A. **Da amizade:** uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.